

RECURSO ESPECIAL Nº 1.480.921 - RS (2014/0233390-4)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECORRENTE : DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES - DNIT
REPR. POR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RECORRIDO : ANTÔNIO CARLOS RIBAS DE MOURA JÚNIOR
ADVOGADO : ANTÔNIO CARLOS TEIXEIRA DE MOURA - RS006258
INTERES. : UNIÃO

DESPACHO

Vistos.

Mediante a decisão de fls. 678/680e, determinei a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa, para que o processo permanecesse suspenso até a publicação do acórdão do Recurso Especial Repetitivo n. 1.613.733/RS, a fim de que a Corte de origem, posteriormente, procedesse ao juízo de conformidade.

Em 29.01.2019 a 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por unanimidade, proferiu o julgamento assim ementado:

**ADMINISTRATIVO. JUÍZO DE RETRATAÇÃO.
DESCABIMENTO.**

Considerando-se que o acórdão proferido por esta Turma trata da existência de desvio de finalidade do ato administrativo que estabeleceu o limite de velocidade em rodovia federal, enquanto o acórdão paradigma versa sobre a legitimidade do DNIT para a aplicação de multas por excesso de velocidade, mostra-se incabível o juízo de retratação.

Em sequência, o **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT** ratificou e reiterou o recurso anteriormente interposto (fls. 737/738e) e os recursos especiais da autarquia federal e da **UNIÃO** foram admitidos (fls. 765/768 e 769/772e),

Assim, determino a retificação da autuação, a fim de que passe constar como Recorrente também a **UNIÃO** (fls. 615/620e).

Após, tornem os autos conclusos para oportuno julgamento dos Recursos Especiais de fls. 588/611 e 615/620e.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora